

9 SET 1987

O beco sem saída

Proposta armada pelo ministro Bresser Pereira, que deixou perplexa a comunidade financeira: transformar metade da dívida junto aos bancos privados em títulos com 30% de desconto ou deságio, para resgate em trinta anos, com dez de carência.

Resposta dos bancos credores, citados por jornais americanos, europeus e japoneses: até que enfim o Brasil quebrou o silêncio da moratória e descolou uma proposta de reatamento. Pena que a proposta brasileira não seja séria, porque sabidamente inviável. Tanto mais, porque o Brasil, tem a mania de mudar de posição com a mesma tranquilidade com que muda de ministro. E os banqueiros preferem negociar com governos perenes e não com burocratas descartáveis.

Claro, com a competente auditoria do FMI.

Só com os juros

Ontem, em Washington, onde a onça bebe água, o ministro Bresser Pereira detalhou a proposta brasileira a pedido do secretário do Tesouro, James Baker: o deságio de 30% é sobre os juros e não sobre o principal. Ainda assim, só quando os juros estiverem no alto. Qualquer informação em contrário é confusão dos jornais ou desconversa dos bancos.

O secretário James Baker deve ter coçado a cabeça. Ele acabara de reler no Washington Post da véspera que o esquema brasileiro dos Exit Bonds (títulos de saída) alcançava o principal e não os juros. No caso, metade de um principal de US\$ 70 bilhões, com deságio de 30%. Ou 15% sobre o total, com os bancos assumindo uma perda real de US\$ 10,5 bilhões. Ou 150 dólares em cada 1.000.

Aplicado sobre os juros e não sobre o principal, o projeto não permite fazer essas contas ou projetar essas perdas: ninguém sabe qual é a inclinação dos juros no mercado mais melindroso da economia mundial. Todavia, como a massa de juros não é a água estocada pela represa, mas o rio que passa por dentro dela, o prejuízo dos bancos seria ainda maior.

Sem «brasiletas»

Na avaliação da comunidade financeira, o desconto de 30% sobre metade da dívida (ou sobre os juros de metade da dívida?) ainda dá para discutir ou barganhar. O que não dá nem para conversar é a proposta de conversão da dívida (ou dos juros) em «exit bonds» com trinta anos de prazo e mais dez de carência. Tais papéis não teriam a menor liquidez e assumiriam a feição imediata de «brasiletas» caloteiras.

Alguém estocaria bônus para resgate no ano 2028? E bônus emitidos por um país latino-americano que se confunde — na erudição anglo-saxã — com

um punhado de «Bananas Republic's»?

A voz do dono

No encontro de ontem, o secretário James Baker deve ter ponderado ao ministro Bresser Pereira, na mesma linha de uma orientação cunhada pelo Departamento de Estado: 1) A proposta brasileira, melhor que nada, tem o mérito de reabrir o diálogo do Brasil em moratória com os bancos privados, «sustentáculo da economia mundial»; 2) O projeto é tecnicamente inviável à luz das rotinas bancárias e das práticas do mercado financeiro internacional; 3) Ainda que tecnicamente exequível, o contrato resultaria politicamente inviável — porque todos os outros 97 países devedores cuidariam de exigir o mesmo tratamento dos 854 bancos credores...

Uma colocação filtrada, domingo, pelo Wall Street Journal, para quem o plano brasileiro é «inaceitável e radical».

No limite físico

Inviável, inaceitável e radical, segundo o ministro Bresser Pereira, é continuar pagando a dívida nos termos até aqui contratados. Ele deve ter dito ao secretário James Baker: 1) O Brasil caiu na moratória não propriamente porque não quis mais pagar, mas porque não mais conseguiu continuar pagando; 2) Os próprios bancos, na avaliação de riscos e na seleção de clientes, sustentam que o montante da dívida não deve ultrapassar o dobro do valor das exportações anuais do mutuário — e a dívida brasileira de US\$ 115 bilhões já é quase quatro vezes maior que o valor das exportações anuais de US\$ 24 bilhões.

E mais: para pagar os juros de apenas metade da dívida já contratada (se aceita a proposta dos Exit Bonds), o Brasil terá de sustentar a ferro e fogo (até com prejuízo econômico) um saldo comercial de US\$ 10 bilhões por ano.

Um «bode russo»?

O ministro Bresser Pereira lembra que o «mercado secundário» da dívida externa brasileira já opera com deságios de até 45% nos créditos negociados ou «empurrados» para terceiros.

Certo, mas sem «brasiletas». Ainda assim, em operações de pequeno vulto realizadas por pequenos bancos, na observação de executivos do Citicorp, o maior credor do Brasil.

De qualquer forma, a proposta das «brasiletas» pode ter um efeito de «bode russo» na primeira rodada das negociações, em outubro. Isso levaria os bancos credores a uma adesão maciça à proposta lateral da conversão de parcela da dívida em capital de risco, sócio no lugar do credor.